

CRUZANDO MEMÓRIAS E ESPAÇOS DE CULTURA: DOM MACEDO COSTA – BAHIA (1930 – 1960)*

*Edinelia Maria Oliveira Souza***

Poucos são os estudos que se dedicaram às experiências vivenciadas pelos afro-descendentes, sob a perspectiva de acentuar o seu fazer-se sujeito na construção da sobrevivência cotidiana do pós-abolição. A história social do trabalho no Brasil, durante muito tempo, priorizou as relações de assalariamento, adotando, sobretudo, uma teoria explicativa da passagem do trabalho escravo para o trabalho livre que negligenciava a presença dos negros na história.

Por outro lado, a preocupação com a objetividade da história, na qual o pesquisador deveria manter-se o mais distante possível do objeto de estudo para melhor analisar a realidade, fez abrir crateras enormes entre o passado e o presente. Na Bahia, a maioria da produção historiográfica tendeu a priorizar temporalidades longínquas, contribuindo, assim, para uma grande carência de pesquisas sobre experiências vividas no nosso século.

Refletindo um pouco sobre esses questionamentos, neste estudo enfatizo as implicações da cultura escravista nas maneiras de ser e de viver de trabalhadores rurais do município de Dom Macedo Costa, no Recôncavo Sul da Bahia, onde a presença negra, evidenciada a partir de elementos do sincretismo cultural, é bastante significativa. Através das memórias dos sujeitos entrevistados, pode-se apreender vivências da tradição escravista que deixou marcas nos corpos, nos sentidos, nas festas, na religiosi-

* Este texto é parte da dissertação defendida no Mestrado Interinstitucional em História Social, firmado entre a PUC-SP, UCSal, UNEB e UESC, conforme Subprograma da CAPES.

** Graduada em História pelo CAMPUS V da UNEB, em Santo Antonio de Jesus; professora da rede pública estadual da Bahia; aluna do Mestrado Interinstitucional em História, PUC-SP.

dade, nas relações de poder. As lembranças descortinam valores, costumes e atitudes expressos no movimento de uma cultura construída pelas ações e contradições presentes no viver rural; sinalizam aspectos do passado que se ajustam às aspirações atuais, construindo identidades, recompondo trajetórias de vida no Recôncavo Baiano.

A espacialidade que corresponde ao Recôncavo Baiano combina, hoje, “elementos residuais”¹ da economia agrícola de exportação e de produção de subsistência com os novos interesses econômicos desenvolvidos a partir da década de 1950, com o advento da Petrobrás, que acelerou o processo de urbanização e industrialização, principalmente na sua parte norte – região metropolitana de Salvador.²

No contexto da primeira metade deste século, a vida dos trabalhadores rurais da região destacava-se pela convivência entre o arrendamento de terras e a prática da meação nas fazendas agrícolas, em troca do trabalho nos engenhos, nas plantações de fumo, nos cafezais; ou pela posse de pequenas propriedades, onde era produzida a agricultura de subsistência e praticavam-se pequenas trocas comerciais. Assim, os sujeitos constituíram seus modos de vida como um prolongamento do processo escravista, com base em outras relações e estratégias de luta.³

Estudos indicam que, desde o período colonial, a prática da agricultura de subsistência, no Recôncavo Baiano, incluía-se nos próprios domínios da grande lavoura, baseada na mão-de-obra escrava. Além do trabalho nas fazendas e engenhos, muitas vezes os escravos recebiam um dia na semana para cultivarem suas próprias roças. Desta forma, ao “ceder um pedaço de terra em usufruto e a folga semanal para trabalhá-la, o senhor aumentava a quantidade de gêneros disponíveis para alimentar a escravaria

1 Segundo Raymond Williams, “um elemento residual cultural fica, habitualmente, a certa distância da cultura dominante efetiva, mas certa parte dele, certa versão dele – em especial se o resíduo vem de alguma área importante do passado – terá, na maioria dos casos sido incorporada para que a cultura dominante tenha sentido nessas áreas.” Raymond Williams. (1976). *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979, p. 126.

2 Ver Milton M. Santos. “A rede urbana do Recôncavo”, e Thales T. Azevedo. “O advento da Petrobrás no Recôncavo”. In: Maria M. de Azevedo Brandão (org.) (1998). *Recôncavo da Bahia – sociedade e economia em transição*. Salvador, Fundação Casa de Jorge Amado.

3 No Censo Agrícola realizado no estado da Bahia em 1950, o município de São Felipe, onde estava incluída a área que hoje faz parte do município de Dom Macedo Costa, apresentou um total de 2.584 estabelecimentos agrícolas distribuídos entre 919 arrendatários que ocupavam uma área de 2.894 hectares, 166 ocupantes distribuídos em uma área de 2.894 hectares e 29 administradores ocupando uma área de 1.077 hectares. A agricultura ocupava um total de 2.455 estabelecimentos, atingindo uma área de 12.233 hectares.

numerosa, ao mesmo tempo que fornecia uma válvula de escape para as pressões resultantes da escravidão”.⁴ Nesse sentido, é possível pensar a respeito da existência de momentos de autonomia e liberdade na vida dos escravos, apesar da predominância do trabalho forçado e vigiado. Ao que tudo indica, essa “brecha camponesa”⁵ funcionava como uma espécie de concessão ao escravo para evitar fugas e desordens, criando, assim, a ilusão do direito à propriedade, que favorecia uma maior ligação do escravo à fazenda. Com esta prática, o senhor minimizava o custo de manutenção e reprodução da mão-de-obra escrava, ampliando cada vez mais os seus rendimentos.

É nessa espacialidade de coexistência da agricultura de subsistência com culturas de exportação que está situado o pequeno município de Dom Macedo Costa⁶, onde o cultivo de mandioca, milho e amendoim, articulado com a produção de cana-de-açúcar, fumo e café vem de uma tradição policultora da economia agrícola da região. Deste modo, os arrendamentos de terra, disseminados após a abolição, podem ter sido redimensionados a partir dessa “brecha camponesa” praticada durante a escravidão, assumindo novos contornos estabelecidos nas relações de poder que deixam claro a continuidade da dominação exercida pelos proprietários de terras.

Nessa área de fronteiras culturais, homens e mulheres do campo – pequenos proprietários, rendeiros ou meeiros – têm suas vidas marcadas pelo trabalho duro dos braços no cuidado das roças, dos engenhos, do gado, do corte de madeira, de vencer as venenosas cobras da região, além da fabricação de farinha. Ex-escravos, mestiços pobres e “catingueiros” vindos do sertão baiano viveram e vivem uma evidente sujeição a tarefas variadas, que exigem grande esforço físico, o que aponta o caráter residual de um processo cultural que predominou durante séculos na nossa história.

4 João José Reis e Eduardo Silva (1989). *Negociação e conflito – a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, p. 28.

5 Ver Ciro Flamarion F. S. Cardoso (1987). *Escravo ou camponês? – o protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo, Brasiliense.

6 O município de Dom Macedo Costa originou-se das terras da antiga Freguesia de Maragogipe. Em 1883, a família Souza Piton ergueu, na sua fazenda, a capela de São Roque para o padre Francisco Félix Piton celebrar a sua primeira missa. Ao redor da capela foram surgindo casas, muitas delas construídas pelo proprietário da fazenda para parentes ou locatários. Em 1953, o então Distrito São Roque do “Bate Quente” recebeu o nome de Dom Macedo Costa em homenagem ao bispo Antonio de Macedo Costa, nascido em um engenho da região. Foi desmembrado do município de São Felipe em 1962, através da Lei Estadual 1652.

Esse processo de dominação ganha visibilidade através de práticas sociais surpreendidas nas memórias dos trabalhadores rurais, que sinalizam costumes e atitudes relacionadas a uma cultura de trabalho escravo, sobretudo nas ocupações diferenciadas que marcaram expressivamente as experiências de vida e de luta travadas na sobrevivência cotidiana desses sujeitos. Nesse sentido, tornou-se muito significativo o diálogo com dona Verônica, uma senhora negra, forte e alegre, que traz em sua narrativa significativas lembranças do processo escravista vivido e contado por ex-escravos que compartilharam com ela a experiência do arrendamento:

Eu conheci dois escravos, eu conheci minha madrinha Tereza, que foi escrava e foi minha madrinha.. Mas já tinha saído viu? Já tinha acabado. Minha madrinha Tereza, comadre dona Escolástica... a Escolástica tinha um beijo que dava meio quilo. Escolástica, Tereza, Praza, que foi escrava desse povo. Feliciano que era homem e foi escravo, Feliciano, Romão e Paulo. (...) Mamãe morou no terreno de compadre Joaquim Inácio e esse Paulo morava tudo perto. Era tudo vizinho. Na fonte que nós panhava água elas também panhava, na fonte que nós lavava, elas também lavava. O Paulo andava todo pateando, chamava Paulo sapo. O Romão chamava Romão lagartixa, Feliciano chamava Feliciano pato. Andava tudo pateando de andar esbagaçado trabalhando na escravidão.⁷

As representações de vivências apontam um passado familiar entrelaçado às antigas e novas práticas de vida rememoradas por D. Verônica na trajetória dos seus 97 anos. Trabalhando na enxada, criando animais, colhendo e cessando⁸ café, manocando fumo ou ainda exercendo o ofício de parteira, aprendido com sua mãe, suas experiências traduzem a extensão das formas de sobrevivência criadas e recriadas em seu cotidiano de lutas para ultrapassar as barreiras da expropriação, herdadas de uma cultura escravista e redimensionadas pelas novas relações de poder, constituídas no campo durante o nosso século.

Quando D. Verônica relata que os ex-escravos com os quais conviveu, Feliciano, Romão e Paulo “andava tudo pateando de andar esbagaçado trabalhando na escravidão”, aponta para a dureza do trabalho aliada aos castigos recebidos, que deixaram marcas profundas no corpo, nos modos de andar, nos sentidos e na vida desses trabalhadores rurais que transitaram pelo Recôncavo, levando na lembrança e reconstituindo nos costumes as vivências da escravidão. As palavras dão existência e significado ao corpo como lugar da experiência vivida; a memória denuncia a condição de subalternidade

7 D. Verônica Francisca de Jesus, 97 anos, trabalhadora rural aposentada, moradora da cidade de Laje, Recôncavo Sul da Bahia. Entrevistas: 04/05/97, 15/01/98 e 30/08/98.

8 *Cessar*: peneirar.

evidenciada nas desordens do corpo, que não definem os sujeitos, tornando-os meio homens, meio animais, o que assinala para os fortes vínculos de sua cultura com a natureza, assim como para a violência física e moral mantida nas relações de poder que traduzem seu viver.⁹

Vendidos ou dados como presentes, os negros escravos podiam escapar ou cair nas mãos de senhores perversos, que usavam os mais variados atos de crueldade. Argeu, escravo que teria sido dado como dote de casamento à filha do seu dono, nas imediações de São Felipe, caiu nas mãos de um senhor tão cruel quanto o anterior, mas escapou de ser ferrado, pois “nego de presente não se ferra”.¹⁰ Aqui, a narrativa denuncia a submissão dos negros ao poder exercido pelo seu senhor, mas sinaliza também possibilidades de reação à crueldade física, ao flagelo, que deixavam cicatrizes profundas no corpo e na existência desses sujeitos.

Os castigos eram uma constante no cotidiano dos engenhos do Recôncavo Baiano. Bolo, palmatória, chicote, corrente nos pés, tarefas realizadas à noite e nos dias santos foram métodos utilizados pelos senhores para forçar os negros a trabalharem sem parar. Porém, os escravos não aceitaram tudo passivamente, criaram táticas de resistência à dureza do trabalho. Argeu, freqüentemente, fugia para descansar, mesmo correndo o risco de ser resgatado e sofrer os piores castigos, como tomar bolo e chicote durante uma semana no tronco, sendo curado pelo feitor com cachaça, sal e pimenta.

A condição de cativo vivida pelos afro-brasileiros altera-se com a abolição, em 1888, e, embora a libertação dos escravos não tenha significado o fim da submissão, ao menos trouxe ao negro a esperança e a liberdade de viver e lutar pela conquista de um espaço na sociedade. Foi num clima de festa que Argeu e demais escravos da fazenda de Seu Mata Pinto receberam a notícia da liberdade:

Foi uma coisa terrive. Seu Mata Pinto ajuntou tudo, uns cem, para um samba, mandou abrir vinho, cachaça, melão com tapioca, bestou e de madrugada diche que tudo tava livre. Foi o diacho. A gente já sabia e foguete pipocou a noite toda. (...) No outro dia não tinha ninguém mais no terreiro¹¹.

As representações inscritas na narrativa de Argeu, ex-escravo entrevistado pelo periódico *Escudo Social*, traduzem o episódio da libertação dos escravos como um

9 Ver Denise Bernuzzi Santana (org.) (1995). *Políticas do Corpo*. São Paulo, Estação Liberdade.

10 Entrevista do ex-escravo Argeu ao semanário *Escudo Social* da cidade de São Felipe, publicada em 14 de outubro de 1933.

11 Idem.

momento de alegria compartilhada entre os cativos e seus senhores. Os escravos comemoraram o fim do cativeiro e os senhores talvez estivessem celebrando o fim da escravidão como probabilidade de refazer suas relações de poder, de despesas agravadas pela intolerável situação de crise da economia açucareira no Nordeste, que provocara o esvaziamento dos seus bolsos e as bases de sua autoridade.

Essa passagem da entrevista de Argeu assinala, também, a forma como escravos do Recôncavo Sul da Bahia experimentaram a “liberdade” e o pós-abolição. Quando Argeu afirma que “no outro dia não tinha ninguém mais no terreiro”, talvez seja uma maneira de expressar o desvincular do escravo ao seu senhor. Entretanto, as evidências mostram que muitos ex-escravos permaneceram trabalhando em engenhos e fazendas, embora não mais como cativos. Uns passaram a viver na condição de agregados, exercendo as mesmas atividades, já que não tinham para onde ir e preferiam não se arriscar pelas estradas da incerteza. Feliciano, Romão e Paulo foram viver como rendeiros em fazendas. Outros passaram a circular entre as cidades e o campo, o que vem acentuar uma prática de vida itinerante.¹²

Esses indícios traduzem vivências de trabalhadores rurais de Dom Macedo Costa, surpreendidas a partir do cruzamento da memória oral com os documentos escritos. Têm permitido uma análise de relações sociais e de atitudes que compuseram um cotidiano de tensões e contradições entre os sujeitos. Elementos diversos, apreendidos nas representações de memórias, sinalizam marcas de uma tradição escravista ativamente remodelada pelas novas relações de poder firmadas entre fazendeiros e lavradores do Recôncavo Baiano. A respeito do trabalho nas fazendas de engenho, o depoimento de Sr. Benízio traz significativas lembranças do vivido:

Eu vivi lá uns trinta, quase uns trinta e seis anos, eu trabalhei... Eu trabalhei de dia e de noite menina, numa vida cansada desgraçada... Lá eu cortava cana, lá eu trabalhava no engenho, roçava pasto, lá cortava lenha, tirava lenha, lá carregava cana, lá plantava cana, lá plantava mandioca. Não tinha nada que ele não plantasse não, tudo quanto era roça braba, inté agora só vivia daquilo ... A gente trabalhava direto, trabalhava, panhá café, limpar café, roçarcafé, pisar café de mão de pilão, a gente esfolava a mão toda. (...) A gente trabalhava era um negócio quase cativeiro essa menina ... passava fome, passava tudo.¹³

12 Ver Isaías Alves. (1967). *Matas do Sertão de Baixo*. Reper Editora e Publicidade.

13 Sr. Benízio dos Santos Brito, 68 anos, trabalhador rural aposentado. Entrevista feita em 13/05/97. No primeiro semestre de 1998, Sr. Benízio, que era diabético, teve uma séria crise e faleceu.

As memórias dão visibilidade ao espaço e ao tempo das experiências vividas pelo trabalhador rural, nos quais as relações de trabalho processavam-se em meio a uma evidente sujeição a tarefas variadas, que deixavam sinais no corpo, como a relembrar e reviver o tempo do cativo. Passagens como esta fazem pensar as maneiras de viver dos trabalhadores rurais do Recôncavo Sul da Bahia a partir da influência de elementos da cultura escravista, reelaborados em suas vivências cotidianas. Nesta perspectiva, parece evidente que o permanente costume do trabalho diversificado, sem especialização de atividades e as relações de subordinação sugerem a presença de “elementos residuais” do modo de vida escravo, rememorados e reconstruídos nas novas relações estabelecidas entre os sujeitos.

Desse ponto de vista, é possível perceber que valores e costumes da experiência escravista foram incorporados ao modo de vida do trabalhador rural de Dom Macedo Costa, num processo cultural constituído continuamente nas formas de sobrevivência adotadas por esses sujeitos subvalorizadas pela cultura dominante, que criam cotidianamente maneiras de articular os resíduos do passado com os elementos emergentes, de forma que comportamentos, atitudes, traços de relações de poder possam ser perpetuados o máximo possível no tempo.

As mudanças ocorridas no campo a partir da libertação dos escravos recriaram formas de dominação no cotidiano do trabalhador rural, através da permanência dos laços de dependência reestruturados no dinamismo das experiências e vivências sociais do pós-abolição. Contudo, esse processo de sujeição também pode ser visto como resistência às novas regras estabelecidas pelas relações de poder, uma vez que se evidencia como um costume preservado nas práticas sociais dos sujeitos.¹⁴

A prática do arrendamento fez-se constante na vida de negros e mestiços pobres, que passaram anos e anos como rendeiros em fazendas, trabalhando durante o dia e a noite, na esperança de num futuro terem o seu próprio pedaço de terra para viver. Nesse caso, as relações sociais firmadas entre fazendeiros e rendeiros eram mediadas pelas tarefas realizadas na fazenda e o trabalho feito no pedaço de terra que correspondia à área arrendada. Em seu pedaço de terra, o rendeiro revezava-se em plantações de

¹⁴ Esta discussão sobre preservação de costumes apóia-se no texto “Costumbres en Común”, no qual Thompson faz reflexões sobre a importância da transmissão oral dos costumes do trabalho, percebendo esses costumes como base dos primeiros direitos dos trabalhadores rurais da Inglaterra no final do século XVIII e início do século XIX. E. P. Thompson (1995). *Costumbres en común*. Barcelona, Crítica.

fumo, mandioca, milho, batata, feijão, andu, amendoim, aipim, banana e verduras, além de criar porco, galinha, carneiro, peru, etc. À exceção do fumo, da mandioca e do amendoim, que também destinavam-se à comercialização, os demais produtos cultivados tinham a finalidade básica de garantir a alimentação da família.

Além do compromisso do trabalho e da moradia existente entre fazendeiros e trabalhadores rurais, havia também uma sujeição pessoal por parte dos rendeiros que se encontravam na posição de subordinados ao proprietário da terra. Mesmo pagando a renda da terra em dias de trabalho, os rendeiros sentiam-se comprometidos moralmente com o seu “patrão”, numa relação que, quase sempre, permanecia quando estes conseguiam deixar de viver em terras arrendadas, ou quando mudavam de fazenda.

Alguns rendeiros também criavam animais na corda (porco, carneiro e ovelhas), na terra arrendada. Outros conseguiam criar duas ou três cabeças de gado bovino no pasto da fazenda, e isso estimulava a gratidão para com os fazendeiros, servindo para evitar desentendimentos quando da sua saída da fazenda.

Nesta relação de submissão e subordinação, os conflitos e as tensões manifestam-se de maneiras diferenciadas. Ora o trabalhador rural cumpre fidedignamente com suas obrigações, aceitando as regras impostas pelo dono da terra, num processo de conformismo com a situação que pode significar também uma tática de luta pela permanência daquela condição de vida construída na relação, já que fora dali ele poderia enfrentar dificuldades maiores; ora o trabalhador rural cria brechas de resistência às regras estabelecidas, como a recusa do pagamento dos dias de renda, provocando embates diretos com o proprietário da terra¹⁵.

Nesse sentido, o depoimento de D. Verônica, que insiste em dizer que sempre teve bom relacionamento com os “patrões”, traz representações importantes de momentos de conflito na relação entre rendeiros e proprietários de terra da região:

... os patrão faziam a casa de palha de pindoba, fazia aquela casinha com um quarto, uma cozinha, se fosse maior tinha dois quartos, botava arrendeiro. O arrendeiro morava ali um ano, dois, se se desse bem ficava, se não se desse bem, já mudava prá outro patrão, outros já mudavam prá outro canto e lá ia, nunca ficava puro. (...) Alguns... brigava, botava prá

15 Segundo E. P. Thompson, “toda contradição é um conflito de valor, tanto quanto um conflito de interesse; que em cada “necessidade” há um afeto ou “vontade”, a caminho de se transformar num “dever” (e vice-versa); que toda luta de classe é ao mesmo tempo uma luta acerca de valores”. E. P. Thompson (1981). *A miséria da teoria ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro, Zahar.

fora, tocava: ah! vá prá fora, desocupe o meu terreno, eu quero desocupado daqui prá amanhã ou daqui a oito dias. Eu saía e ia pedir lugar a outros, se eu não tinha... ia lhe pedir, a senhora me dava lugar eu morava. Outro já vinha na casa que eu saí, já vinha outro e morava.¹⁶

Embora houvesse uma relação bem próxima entre os proprietários de terras e os rendeiros, na qual o compadrio contribuía para o estreitamento dos laços de fidelidade, o “patrão” jamais accitaria a quebra das regras do jogo, se essa quebra o prejudicasse de alguma forma. Assim, quando um rendeiro não aparecia para o trabalho na segunda-feira, que era o dia do pagamento da renda da terra, era motivo suficiente para o patrão contrariar-se, chegando, muitas vezes, a exigir a saída imediata daquele rendeiro de sua terra.

Segundo D. Verônica, “nego às vezes não ia, ‘eu vou terça’, quando chegava terça não vinha, e o patrão já tava se comendo porque tava perdendo aquele dia”. Provavelmente nos períodos em que a roça do rendeiro estava em fase de colheita – época em que toda a família voltava-se para esta atividade – a resistência ao pagamento do dia de renda ocorria com mais freqüência, pois esse era um momento que significava a possibilidade de obter um bom rendimento com a venda dos produtos cultivados, mesmo quando este ainda fosse dividido com os patrões, como era o caso do fumo. Entretanto, o rendeiro não podia safar-se desse compromisso sem sofrer algum tipo de punição. O que podia ocorrer era um adiamento do pagamento da renda. Se a resistência fosse mantida, o proprietário da terra dispensava os serviços e o colocava para fora de suas terras.

É interessante destacar que, geralmente, esse tipo de arrendamento configurava-se através de um pacto baseado na oralidade e este bastava como prova de compromisso. De qualquer modo, o beneficiado maior era o arrendador, já que era quem tinha o poder para decidir se o rendeiro poderia ou não continuar nas suas terras, após um período de convivência com o mesmo.

Contudo, havia também os arrendamentos de terras por um período de tempo determinado, com o pagamento feito em dinheiro e o contrato escrito feito em cartório. Ao que parece, esse tipo de contrato relacionava-se ao arrendamento de uma propriedade maior, envolvendo pessoas que tinham melhores condições de vida. Nesses contratos escritos, o arrendatário geralmente alugava um sítio de terras, contendo casa de palha, benfeitorias cafeeiras e arvoredos frutíferos, pelo prazo de um ano. Podia plantar roças de mandioca, milho, fumo ou outra lavoura qualquer de fácil colheita,

16 Depoimento já citado de d. Verônica Francisca de Jesus.

além de criar seus animais de corda. Não podia vender madeiras nem estragar as benfeitorias existentes no sítio.¹⁷

Desse modo, ao tempo em que o contrato escrito definia os critérios e estipulava previamente as condições e os limites do uso da terra ao locatário, o contrato feito oralmente mantinha uma importante relevância à palavra, traduzindo, assim, uma “consciência ativa e prática”,¹⁸ constituída nas relações sociais baseadas no costume da vivência rural, já que a maioria dessa população era iletrada e a oralidade era o seu mais importante meio de comunicação, de preservação de valores e tradições.

A meação, outra prática comum da policultura regional, apresentava-se também como forma de sobrevivência para esses trabalhadores rurais. Estava ligada, sobretudo, aos pequenos proprietários de terra que necessitavam ampliar sua produção e não possuíam recursos para cultivarem seus próprios espaços ou possuíam propriedades muito pequenas, que não davam para o cultivo. A prática da meação constituía em locação de uma parcela de terra para plantar roça, onde o meeiro limpava e cultivava o terreno, sendo que na época da colheita dividia a produção ao meio com o proprietário da terra. Este, além de receber metade da produção, recebia o terreno limpo, pronto para um novo cultivo.

As recordações dos trabalhadores rurais mostram que a meação, praticada desde o período colonial, manteve-se viva em seus costumes e, mais do que uma alternativa de sobrevivência, significava também a possibilidade de aumentar suas rendas, através da venda dos produtos nas feiras e armazéns da vila ou das cidades vizinhas. O trabalho à meia tinha um grande valor na vida desses sujeitos e era praticado também com o objetivo de atender a necessidades específicas, como adquirir um animal para criar, comprar algum móvel para casa ou ainda para despesas com festas de aniversário, batizado e casamento. As palavras de Sr. Patrício expressam a importância da meação nas vivências dos trabalhadores rurais de Dom Macedo Costa:

Plantei muita roça a meia.. Eu lembro que o uniforme que eu fiz pra casar foi de uma roça que eu plantei a meia com uma pessoa, eu me lembro que nem se fosse hoje que naquele tempo foi seiscentos mil réis, parece. A roça lá de Seu Ciriaco, um rapaz que tinha lá na roça.¹⁹

17 Ver contratos de locação de terras no Cartório Municipal de Dom Macedo Costa.

18 Raymond Williams, op. cit., p. 46.

19 Sr. Patrício Bispo da Cruz, 57 anos, trabalhador rural, morador da sede do município de Dom Macedo Costa. Entrevista feita em 15/04/97.

No cultivo de mandioca, fumo, cana ou amendoim, a prática da meação estava relacionada, sobretudo, ao ciclo de vida dessas pessoas. O acordo verbal, feito entre proprietários e meeiros, tinha a duração do tempo do cultivo da roça e poderia ou não ser renovado, dependendo das negociações e dos resultados. Ao longo do tempo, a expropriação atingiu extensões maiores e, hoje, o trabalhador rural que consegue alugar uma parte de terra para cultivar, por vezes, recebe apenas a terça parte do que produziu.

As distinções observadas nessas práticas do trabalho no campo residem, fundamentalmente, nas formas de relacionamento estabelecidas entre os trabalhadores rurais e os fazendeiros. Vimos, anteriormente, que o rendeiro tinha um grande relacionamento pessoal e de compromissos com o proprietário da terra, além de viver uma acentuada condição de subordinação. O meeiro tinha mais autonomia no seu relacionamento com o dono a terra, embora, muitas vezes, também estivesse muito ligado a ele por laços de afetividade que facilitavam a renovação dos contratos de meação. O pequeno proprietário também mantinha relações de trabalho com fazendeiros, quando necessitava vender dias de trabalho, além de ter sua vida marcada pela troca de favores que, muitas vezes, fazia parte das constantes táticas de luta pela manutenção de seu pedaço de terra e das suas condições de sobrevivência.

Tudo isso sinaliza o poder mediador das relações entre os “graúdos” e os “pequenos”. Mas não significa que o trabalhador rural vivesse eternamente conformado com a situação de exploração. As experiências denunciam os momentos de tensão e enfrentamento que não podem ser obscurecidos, pois assim estaríamos tentando homogeneizar os sujeitos. O trabalhador rural vivia assustado com as incertezas próprias de sua condição de vida, mas lutava, mesmo que silenciosamente, contra a expropriação de costumes e tradições e pela sobrevivência de sua família.

Nesse sentido, é necessário compreender que, quando o lavrador protelava o pagamento do dia de renda, estava criando uma situação de enfrentamento ao poder exercido pelo fazendeiro. Ao mesmo tempo, usava de toda a sua astúcia para não perder a confiança do “patrão”, muitas vezes criando novas formas de pagamento pela terra, como presenteando-o com animais criados no quintal, com produtos da sua roça, ou ainda, num gesto mais simbólico, tomando o “patrão” para ser padrinho de batismo ou casamento de um filho ou filha. Portanto, ao tempo em que ele resistia às regras estabelecidas, criava também outras alternativas de convivência contratual estimuladoras de proteção e gratidão. Entretanto, nem sempre essas táticas funcionavam e “antes ficasse

devendo ao pai do vosso azar do que um dia de renda”,²⁰ pois quando o fazendeiro achava-se em prejuízo não hesitava em expulsar o rendeiro de suas terras, forçando-o a procurar outro lugar para morar, numa atitude que acentua o poder exercido pelo proprietário da terra e reafirma as condições de subordinação em que os trabalhadores rurais viviam.

Estas variadas e complexas formas de relacionamento no campo baiano sugerem encontros e desencontros de tempos e espaços, que evidenciam vivências de uma realidade histórica marcada pela violência da exploração e da submissão, sinalizando permanências vivas da escravidão. As tensões e contradições surpreendidas nos traços de memória dos sujeitos indicam que as marcas da cultura escravista não sobrevivem numa inércia, elas estão presentes na reorganização das novas relações de poder e traduzem a “incorporação daquilo que é ativamente residual”, em que “o trabalho de tradição seletiva se faz especialmente evidente”.²¹ Nesse sentido, atividades diversificadas, intensas e extensas jornadas de trabalho, laços de compadrio, vida itinerante e cantos de trabalho são elementos recriados nas relações cotidianas da vida no Recôncavo Baiano e ganham significado na medida em que são analisados como algo formado no passado, mas que se reconstitui como um elemento vivo das experiências sociais do presente. As lembranças atualizam relações de poder travadas em espaços de vivência rural que trazem à tona a dinâmica natureza/cultura, campo/cidade, memória/corpo.

Memória e corpo

Só se compreende o papel do corpo na memória se a memória é não a consciência constituinte do passado, mas um esforço para reabrir o tempo a partir das implicações do presente, e se o corpo... é o meio de nossa comunicação com o tempo, assim como com o espaço.

Maurice Merleau Ponty*

Fala e corpo são elementos indissociáveis das narrativas de memória dos trabalhadores rurais entrevistados. Por vezes, a verbalização das experiências vividas é re-

20 Sr. Irenio Gonzaga da Silva, 77 anos, trabalhador rural aposentado, morador da localidade de Gandu, no município de Dom Macedo Costa. Entrevista feita em 13/05/97.

21 Raymond Williams, op. cit., p. 125.

* Maurice Merleau Ponty. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo, Martins Fontes, 1994, p. 246.

forçada por gestos e sinais da corporalidade que se integram ao discurso emitido, sugerindo dimensões de linguagem que compõem uma cultura, uma maneira de viver e de ser. Em outros momentos as narrativas afloram a partir de referenciais do corpo que constituem expressões vivas da maneira de lembrar.

Esse tipo de linguagem, articulando oralidades com gestos e signos do corpo, marca a presença viva dos sujeitos num espaço reconstruído pela memória, dando concretude às vivências que imortalizaram o tempo, tornando possível um diálogo entre experiências passadas e atitudes presentes.

D. Vicência transporta-se para o mundo da ancestralidade ao referir-se à estrutura física das mãos e dos pés para justificar o argumento de auto-afirmação como “povo da Costa”, na intenção de tornar visível traços do corpo que compõem sua identidade de “mateira”, “roceira”, de mulher do campo com forte ligação com os africanos:

Minha avó era da Costa e catingueira... Esse povo da Costa aí, que é desse, porque tem catingueiro, tem esse povo da Costa... Ói gente da Costa que moda é, vire sua mão, aí tudo duro, ói pra minha...²²

Mulher brava, “tucuda”, que continua morando na roça, batalhando pela sobrevivência no campo, que cria os netos, que cria também alguns poucos animais e ainda caminha bastante pelas estradas da localidade. Aposentada, mas com muita força e energia, seu olhar, ora tímido e fugidio, ora firme e penetrante, denuncia a construção de uma vivência árdua, mas persistente e corajosa, constituída no universo rural.

A narrativa de D. Vicência entrelaça múltiplas dimensões da memória, fundindo corpo e palavra em signos da comunicação. Suas reminiscências tornam-se mais significativas quando os sinais do corpo constituem elementos fortes da linguagem, numa relação intrínseca com a oralidade, expressando a importância e o sentido do reviver, do reafirmar identidades, posicionamentos, atitudes, comportamentos sociais. Fala e corpo constituem imagens que se completam no trabalho da memória e as evidências não alcançadas na oralidade são apreendidas em expressões e signos corporais que comunicam tradições, traduzem valores e sentimentos reconstituídos nas trajetórias de vida. Assim, as vagas e reticentes palavras de D. Vicência, embora confusas, certamente devido ao processo de reconstrução contínua de identidade, sugerem um retorno ao

22 D. Vicência de Jesus Souza, 75 anos, trabalhadora rural aposentada, moradora da localidade de Jacarandá no município de Dom Macedo Costa. Entrevistas: 13/05/97 e 13/01/98.

sentido de pertencimento ao “povo da Costa”, enunciando os traços do corpo que sinalizam a significativa lembrança de uma possível ancestralidade africana que se perdeu com o passar do tempo. Esta marca identificatória, como sinal de reconhecimento de si mesma, de pertencimento a um “povo” e “espaço”, expressa, sobretudo, o princípio da diferença estabelecido por D. Vicência, quando se utiliza da composição física das mãos para demarcar sua subjetividade.

Entretanto, a todo o momento a narrativa acentua também o processo de mesclagem de culturas, quando D. Vicência cruza identificações e temporalidades, afirmando que “a família foi crescendo” e hoje “é da Costa, é mineiro, é tudo misturado, ninguém sabe quem é quem”. A expressão do rosto e o tom de voz usado nesta passagem assinalam a existência de uma certa indefinição pessoal, sugerindo reais imbricamentos de valores na composição das vivências. Nesse sentido, a corporalidade é redefinida a partir da “constante troca com o meio, no qual nos encontramos envolvidos numa rede fluente de relações, implicando o comprometimento com uma dinâmica de transformação em co-evolução com o ambiente”.²³

Isso tudo nos faz perceber que a trajetória de vida de D. Vicência, marcada pela perda de tradições culturais e pela adoção de novas práticas sociais revividas nas memórias, denuncia um grande entrelaçamento de vivências, de costumes, que se solidificaram na construção da luta pela sobrevivência, e, ao mesmo tempo, provocaram o desenraizamento, a desestruturação de matizes da cultura ancestral, de valores vividos em outro tempo, em outro espaço.

Tais reflexões fundamentam e são fundamentadas pela forte afirmação “ninguém sabe quem é quem”. Não se trata especificamente de uma “crise de identidade”, mas, possivelmente, de um processo de construção de novas identidades, marcadas pelo “sincretismo cultural”, em que o que está em jogo é menos a busca de uma definição pessoal, ou familiar, do que a luta diária pela sobrevivência social através da incorporação, negociação, adoção ou negação de múltiplas e diferenciadas dimensões da cultura, faces de uma realidade histórico-social.

Nesta perspectiva, a linguagem do corpo, freqüentemente ignorada ou muito pouco evidenciada nos estudos historiográficos, ora expressa valores, anseios e expectativas, ora alimenta a oralidade que o sujeito intenciona transmitir, deixando de ser uma pre-

23 Denise Najmanovich (1997). “O sujeito encarnado: limites, devir e completude”. In: Denise Bernuzzi Santana (org.) *Cadernos de Subjetividade*, Núcleo de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP, vol. 5, São Paulo, Educ, p. 325.

sença suprimida e tornando-se um elemento indicador de experiências de vida, de referenciais da atividade de rememorar.

Sedimentada no corpo, a memória dos costumes e das tradições procura preservar o passado. Assim, seja na coreografia da autoridade, nos gestos que parecem indicar uma condição de subalternidade, ou nos movimentos que sinalizam para um certo tipo de prazer, uma alegria lembrada, a expressão corporal, articulada nas memórias, re-significa as experiências passadas, possibilitando uma apreensão pormenorizada do cotidiano vivenciado pelos lavradores de Dom Macedo Costa.

Silêncios, risos, engasgos e pigarros são linguagens do corpo, expressões físicas que dão sentido às vivências lembradas pelos sujeitos. Sinais ativamente constituídos que comunicam concepções de mundo, que transmitem mensagens acumuladas nas memórias revividas pelos trabalhadores do campo.

Em todas as entrevistas é possível perceber essas narrativas corporizadas, espacializadas. A lembrança dos sambas, das festas, por exemplo, vem sempre carregada de emoções expressas no rosto, no desarmar do corpo que se apresenta com mais liberdade nos instantes em que o processo de rememoração evidencia momentos prazerosos da vivência rural, experiências sociais que alimentavam os sentidos e prolongavam o viver. Os cantos de trabalho são lembrados com o balançar da cabeça, com o movimento das mãos que batem palmas para reconstituir o ritmo da vida, as práticas coletivas de sobrevivência.

Mediadas pelos sistemas e sinais culturais que marcaram as experiências sociais do nosso século, sobretudo no que diz respeito às relações travadas no campo, as ações do corpo ou a corporização das memórias dos trabalhadores rurais traduzem a multiplicidade de territórios criados e recriados no processo de construção de identidades, enfatizando referenciais de pertencimento.

“Se no herói o corpo é tanto pedra de escândalo quanto gozo permanente”,²⁴ entre essas pessoas anônimas o corpo é condição primeira para o desenvolvimento da vida, está sempre vulnerável às armadilhas da natureza, ao próprio esforço diário da sobrevivência rural. Por isso, a necessidade de procurar proteção entre os deuses, de rezar pela força e saúde do corpo e da alma. Era comum animais da criação (porco, carneiros, ovelhas) agredirem seus donos, provocando quedas e ferimentos; por vezes, mulheres

24 Daniel Lins. (1997). “Lampião: corpo, estética e ambigüidade trágica”. In: *Cadernos de Subjetividade*, vol. 5, São Paulo, Educ, pp. 393.

acidentavam-se ao pendurarem o fumo para secar; o sol quente dos dias de verão queimava impiedosamente as costas daqueles que se dedicavam ao plantio ou à colheita; cobras venenosas habitantes das matas da localidade picavam constantemente as pessoas.

Tais situações perigosas eram enfrentadas cotidianamente pelos trabalhadores rurais de Dom Macedo Costa. A prevenção ou a cura estavam fundamentadas, sobretudo, na própria natureza. Curativos, banhos e beberagens feitas de ervas, juntamente com rezas e orações eram usados pelas pessoas para evitar ou curar esses males. Sem que houvesse uma oposição rigorosa entre corpo e alma, natureza e cultura, as experiências dos lavradores mostram que eles são, antes de tudo, corpos no espaço, corpos que vivem, que sentem dor, alegria, que constroem os possíveis caminhos por onde trilhar e que são construídos nas vivências, nas relações sociais travadas no campo.

Presos à “teia social que os envolve e produz”,²⁵ esses corpos constituíram-se nos hábitos do dia-a-dia e nas condições físicas da moradia. Trajavam roupas simples e quase nunca calçavam os pés, que rachavam, devido os contatos com todo tipo de resíduo e impureza encontrado no solo. Moravam frequentemente em casas de taipa cobertas de palha, alojadoras do barbeiro, causador da doença de Chagas, que destruiu famílias inteiras no Recôncavo Sul da Bahia.

Constantemente essa gente “passava fome, passava tudo”.²⁶ Pão, bolacha, arroz e macarrão hoje são costumeiros no cardápio do trabalhador do campo. Mas, no passado, raramente alimentaram esses corpos habituados a comer farinha de mandioca e carne seca, além das frutas de estação. Era essa alimentação rotineira que conseguia mantê-los fortes para enfrentar o trabalho diário, embora não conseguisse impedir os problemas de saúde que surgiam com o passar do tempo. Nas narrativas, esses problemas de saúde estão sempre associados às condições de vida, ao excesso de trabalho e às contrariedades vividas nas relações:

Trabalhei muito primeiro. Trabalhei para o patrão 35 anos, pra ele, trabalhando. E agora pra ele me dar o dinheiro, o terreno, eu adoeci até do coração, pra ele me dá o dinheiro. E ainda tá ainda. Comigo foi ruim, minha fia. Trabalhei 35 anos pra ele e ele não queria me dar a terra. (...) Eu levei muito a jeito né? Ele passou o terreno pra mim. Quando é depois que passou eu ainda trabalhei muito e tô trabalhando. Levava cacho de banana, tudo, levava no animal pra ele. Ele era uma boa pessoa. Às vezes, em tempo de festa ele

25 Flávia Liberman. (1997). “O corpo como produção de subjetividade”. In: *Cadernos de Subjetividade*, vol. 5, São Paulo, Educ, p. 380.

26 Depoimento já citado de Sr. Benízio dos Santos Brito.

matava boi aí e e dava, mandava levar pra mim. Aí eu também agradava ele.. Era gente boa.²⁷

As artimanhas criadas por D. Maria, para não cair na total expropriação rural, mostram o quanto ela foi astuciosa na luta diária pela sobrevivência, “levando muito a a jeito” sua convivência com o patrão, na intenção de manter a relação rendeira/proprietário. Nesse sentido, o reconhecimento da acomodação e adaptação a uma situação de vida anterior de certa forma contribuiu para que ela levasse em frente a batalha que se travou diante da exigência do direito à apropriação daquela parcela de terra onde vivia.

Assim, embora associando a doença do coração ao conflito desencadeado com o proprietário das terras, na narrativa de D. Maria é enfatizada a troca de interesses e cuidados que fez parte da relação rendeira/ proprietário ao longo dos trinta e cinco anos de vida e trabalho. Relação essa que se rompeu a partir de quando ela exigiu sua parte de terra como pagamento pelos anos dedicados à propriedade, a fim de que também pudesse agilizar sua aposentadoria como trabalhadora rural.

Não é possível ignorar que, nesta quebra de relações, ocorre uma nova construção de valores, relacionada à necessidade de brigar, de buscar respaldo em órgãos institucionais como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Cartório Municipal, no sentido de intermediar e legalizar o doloroso acordo firmado entre as partes envolvidas. Portanto, é preciso reconhecer que nesta luta que se instaurou, certamente D. Maria passou por determinados momentos de crise, por ter que ir de encontro a uma situação que, embora incerta, de alguma maneira dava comodidade à sua vida. Talvez, isso também tenha balançado muito seu estado emocional, provocando, inclusive, os problemas de saúde que hoje fazem parte de sua rotina.

Nessas memórias que emanam de um corpo, torna-se visível a linguagem das fraturas, das mudanças de atitudes, da recriação de comportamentos correlacionados a territorialidades circunstanciais e sociais. Situações em que as práticas da oralidade “engajam os corpos dos participantes”²⁸ com as lembranças, com o historicamente vivido. Ainda nessa perspectiva, o depoimento de Sr. Antonio traz passagens que indicam incorporação de novos símbolos que remodelam práticas de vida cotidianas.

27 D. Maria Conceição da Cruz, 70 anos, trabalhadora rural aposentada, moradora da localidade de Jacarandá no município de Dom Macedo Costa. Entrevista feita em 05/04/97.

28 Paul Zumthor (1993). *A letra e a voz: “literatura” medieval*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

Ah! o rádio mesmo era uma grande diversão. (...) Não existia, não existia nada disso naquele tempo ali... de um tempo pra cá, né? Uns vinte e cinco, uns trinta anos atrás, né? Não existia um rádio. Pra uma pessoa ouvir um rádio era assim numa fazenda, assim, cada um rádio parecendo um guarda louça, e hoje não. (...) Energia não existia, pra dizer nem mesmo na cidade de Dom Macedo Costa. Existia aquele motorzinho, uma semana tinha, outra não tinha... e hoje não nós tá tendo energia no mundo todo, no Brasil todo é... qualquer canto da roça, em qualquer lugar também tá tendo energia, hoje tá uma coisa muito boa.²⁹

O rádio e a energia elétrica são elementos que influenciaram significativamente na reformulação de comportamentos rurais. Por meio do rádio os lavradores puderam estar mais próximos dos acontecimentos urbanos, além de entrar em contato com ritmos de músicas diversas, que se entrelaçaram aos já conhecidos e praticados por eles. Por outro lado, a presença do rádio nas casas, e mais tarde da radiola, inibiu as apresentações das orquestras locais, sobretudo nas comemorações do final da colheita, que passaram a ser feitas com a utilização dos aparelhos fônicos.

A energia elétrica, embora bastante restrita, permitiu um certo conforto, além de novas alternativas de diversão ao trabalhador do campo. Facilitou a utilização de bombas que puxassem água para as casas, substituiu o candeeiro e o lampião e estimulou a aquisição do aparelho de TV, que invadiu assustadoramente a vida rural. Embora a maioria dos nossos entrevistados não disponha de aparelhos de televisão e alguns ainda não tenham energia elétrica em suas casas, é necessário destacar a ênfase dada, nas narrativas, à satisfação ou ao desejo de ter acesso a esses recursos urbanos. Muitos deles, durante a noite, freqüentam a casa de algum vizinho que disponha de televisão para assistir noticiários e novelas.

Desse ponto de vista, pode-se perceber que os sujeitos mesclam traços culturais diversos que ampliam relações e possibilidades de dinamizar suas maneiras de viver. Sendo assim, embora seja evidente a preservação de costumes enraizados na cultura dos lavradores, é significativa a forte interação entre valores, práticas e experiências da cultura popular com linguagens da cultura hegemônica.

Esse cruzamento de linguagens, evidenciado nas experiências dos trabalhadores rurais de Dom Macedo Costa, faz-se presente nas variadas dimensões da vida no campo. No trabalho, nas práticas religiosas, nas formas de lazer e em outras relações sociais

29 Sr. Antonio Batista do Nascimento, 58 anos, trabalhador rural, morador da localidade de Gandu, no município de Dom Macedo Costa. Entrevistas: 17/06/97 e 13/01/98.

as expressões da corporalidade buscam interagir com a espacialidade, visando construir uma simbiose entre passado e presente na reelaboração dos modos de vida. Entrelaçando diferentes eixos temporais que compõem os espaços concretos de existência, o viver e o narrar estão mediados pela cultura, que se traduz nas linguagens dos sujeitos, na maneira como eles dizem e apreendem o mundo. Mundo esse que se expressa no movimento das tradições, no qual os modos de ser e de viver dos trabalhadores rurais do Recôncavo Baiano identificam-se, grandemente, com costumes e comportamentos de um “passado significativo”, reconstituído cotidianamente no processo de adaptação e rejeição às novas formas de relacionamento, aos novos interesses de poder, que tentam modelar a sociedade.